ESTADOS UNIDOS

Suprema Corte do país restringe capacidade dos magistrados federais de bloquearem decretos presidenciais considerados questionáveis do ponto de vista legal. Trump celebra resposta a "grave ameaça à democracia". Juíza dissidente teme excessos

Poderes limitados

» RODRIGO CRAVEIRO

Andrew Caballero-Reynolds/AFP

> **A Suprema Corte entregou uma vitória monumental para a Constituição, a separação de Poderes e o Estado de Direito"**
>
> ***Donald Trump,*** *presidente dos Estados Unidos*

O peso de uma decisão da Suprema Corte dos Estados Unidos em favor da Casa Branca ficou claro na declaração de Donald Trump. "Nesta manhã, a Suprema Corte entregou uma vitória monumental para a Constituição, a separação de Poderes e o Estado de Direito, ao derrubar o uso excessivo de liminares nacionais para interferir no funcionamento normal do Poder executivo", comemorou o presidente. Por seis votos a três, a máxima instância do Judiciário concedeu carta branca para que Trump leve adiante suas políticas mais polêmicas. A decisão deve impactar o decreto que negava o direito à cidadania por nascimento a filhos de migrantes em situação irregular ou sob status de residência temporária, como asilo ou vistos.

Os juízes da Suprema Corte decidiram que as suspensões, em âmbito nacional, emitidas por magistrados federais "provavelmente excedem a autoridade equitativa que o Congresso outorgou aos tribunais federais". A limitação de liminares emitidas pelos juízes federais para bloquearem os decretos presidenciais foi saudada por Trump. "Agora podemos recorrer à justiça para avançar com estas medidas e aquelas que foram proibidas erradamente", disse Trump.

Especialistas advertem que a decisão retira os poderes dos tribunais federais e empodera a figura do presidente. A mesma percepção moveu a juíza conservadora Ketanji Brown Jackson para votar contra o governo. A magistrada acusou os colegas de criarem "uma ameaça existencial ao Estado de Direito", por autorizarem Trump a "violar a Constituição". "Se os juízes permitirem que o Executivo aja ilegalmente em algumas circunstâncias, como o tribunal conclui, a ilegalidade do Executivo florescerá e, a partir daí, não é difícil prever como tudo isso terminará", escreveu. "Eventualmente, o Poder Executivo se tornará incontrolável."

Autora do parecer, a magistrada Amy Coney Barret destacou que "os tribunais federais não exercem supervisão geral sobre o Poder Executivo; eles resolvem casos e controvérsias de acordo com a autoridade dada pelo Congresso".

Professora de direito da Universidade de Michigan e ex-procuradora federal, Barbara McQuade admitiu ao **Correio** preocupação. "Com base na decisão, apenas o autor que ajuíza uma ação e vence estará vinculado à decisão da Corte inferior. Isso criará caos em todo o país, exigindo que cada indivíduo afetado por uma ordem executiva ilegal ajuíze sua ação para obter reparação", explicou. "Poderíamos nos encontrar em uma situação em que, embora muitos tribunais inferiores tenham bloqueado a ordem presidencial que redefine a cidadania por direito ao nascimento, ela ainda se aplique a outros indivíduos."

McQuade teme que a situação leve a uma "colcha de retalhos de regras diferentes em diferentes jurisdições". "Podermos ver ordens executivas semelhantes exigirem que autores busquem reparação sem a possibilidade de um tribunal inferior bloquear completamente a ordem ilegal."

Veto a livros LGBT+

Os conservadores tiveram mais uma vitória na máxima instância do Judiciário americano, também de maioria direitista. Por seis votos a três, a Suprema Corte dos EUA determinou que privar os pais de alunos da possibilidade de não expor os filhos a temas LGBTQIAPN+ configura "uma infração constitucional" à sua liberdade religiosa e "interfere substancialmente no desenvolvimento religioso das crianças". A decisão corrobora os pais de estudantes que, em nome da religião, desejam poder retirar os filhos das aulas quando tiverem acesso a livros com essa temática.

O caso surgiu pela iniciativa de país muçulmanos e cristãos de estudantes de instituições públicas de Maryland, nos arredores de Washington. Em 2002, eles colocaram-se contrários à introdução no currículo da educação infantil e fundamental de livros cujo objetivo era combater os preconceitos sobre orientação sexual e identidade de gênero. Em nome da maioria, o juiz Samuel Alito justificou que "para muitas pessoas de fé, há poucos atos religiosos mais importantes do que a educação religiosa dos filhos".

Alito argumentou que as obras com temática LGTBQIAPN+ "são projetadas para apresentar certos valores e crenças como alvo que deve ser celebrado, e certos valores e crenças contrários como alvo que deve ser rejeitado". Ele chegou a mencionar a "normalização e celebração entre pessoas do mesmo sexo".

Professor de direito constitucional da Universidade de Stanford, Eugene Volokh disse ao **Correio** que a Suprema Corte cometeu um equívoco, mas que não acredita em consequências "particularmente graves". "O direito não se estende apenas a objeções a livros relacionados à orientação sexual ou à identidade de gênero. Os pais poderão optar por não permitir que os filhos leiam qualquer coisa que considerem contrária às suas crenças religiosas", explicou. (RC)

ORIENTE MÉDIO

"Eu o salvei de uma morte horrível", diz Trump sobre aiatolá

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, garantiu que salvou o líder supremo iraniano, aiatolá Ali Khamenei, de ser assassinado, e declarou que vai considerar novos bombardeios contra o Irã se o país tentar desenvolver armas nucleares. Em um acesso de raiva extraordinário, o republicano criticou severamente Teerã em sua plataforma, Truth Social, por afirmar ter vencido a guerra contra Israel e anunciou que suspenderia os trabalhos sobre um possível alívio nas sanções ao país.

Trump disse, ainda, que "sem dúvida" vai considerar bombardear o Irã novamente se informações de inteligência concluírem que o país é capaz de enriquecer urânio na quantidade necessária para fabricar armas nucleares. O republicano acusou o líder iraniano de ingratidão, depois que Khamenei afirmou, em uma mensagem em tom desafiador, que os informes sobre os danos causados pelos bombardeios americanos a suas instalações nucleares eram exagerados e que os Estados Unidos levaram uma "bofetada".

"Sabia exatamente onde se refugiava e não permitiria que Israel ou as Forças Armadas dos Estados Unidos, de longe as maiores e mais poderosas do mundo, lhe tirassem a vida", postou Trump. "Eu o salvei de uma morte muito horrível e vergonhosa, e ele não precisa dizer, 'Obrigado, presidente Trump! '", acrescentou.

Gaza

Uma declaração de António Guterres, secretário-geral da ONU, fez Israel acusar as Nações Unidas de "alinhamento" com o grupo terrorista Hamas, que controla a Faixa de Gaza. O chefe da ONU denunciou a estrutura de distribuição de ajuda humanitária criada pelos israelenses no território ocupado palestino como um sistema "que mata as pessoas". Em entrevista ao **Correio**, Riyad Mansour, embaixador da Palestina na ONU, disse que Guterres está certo. "Ele defende o direito internacional e tudo o que as Nações Unidas representam", sublinhou. Segundo Mansour, a reação de Israel é típica do "agressor que ataca todos aqueles que criticam sua conduta criminosa". (**RC**)

khamenei.ir/AFP

EUA garantem que conheciam o exato paradeiro de Ali Khamenei

Conexão diplomática

Por Silvio Queiroz
silvioqueiroz.df@gmail.com

Exercícios de equilibrismo

O presidente Lula e o time de política externa desembarcam em Buenos Aires, na semana que entra, com um olho na cúpula do Mercosul, largada para a presidência brasileira do bloco. Outro olho, porém, vai estar adiante, no início da semana seguinte, quando o Rio sediará o encontro de chefes de Estado e de governo do Brics.

Cada qual com a própria dinâmica, em ambas as frentes o país se depara com um desafio comum: equilibrar-se sobre um muro que se torna mais estreito a cada lance novo em um cenário geopolítico que se assemelha a um caleidoscópio. O semestre se encerra ainda sob o impacto de uma sequência de solavancos. Da guerra comercial das tarifas à guerra de mísseis entre Israel e Irã, os movimentos no tabuleiro exibem a marca do novo fator em jogo: o retorno de Donald Trump à Casa Branca.

Inclusive, por razões políticas domésticas — com a eleição de 2026 apitando na curva —, o governo Lula tem buscado a equidistância entre parceiros e contrapartes com interesses próprios divergentes. Quando não são diretamente conflitantes.

A margem de manobra entre o Sul Global, com suas diferenças internas, e o Ocidente Coletivo, que abriga as contradições entre EUA e União Europeia, reduz-se em ritmo forte.

Bola em jogo

A diplomacia brasileira levará para a Argentina um plano de ação traçado para a breve presidência rotativa do Mercosul. Afora dezenas de itens relacionados a processos internos já em curso, um ponto tem prioridade no Planalto. Ainda durante a recente visita à França, Lula enunciou, diante do presidente Emmanuel Macron, a meta de assinar o acordo comercial com a UE até o fim do ano.

A urgência do presidente, no entanto, tem obstáculos pela proa. De saída, o tempo apertado para vencer as resistências do lado europeu, que o próprio Macron fez questão de enfatizar, diante do convidado. Ademais, pesam por aqui as reticências dos demais sócios fundadores. Javier Milei, anfitrião da cúpula sul-americana, passa o bastão ao fim de uma presidência na qual desfilou sua indiferença pela integração regional — e a opção preferencial pelos EUA de Trump. O Paraguai de Santiago Peña acompanha o tom.

Mesmo o Uruguai, novamente sob governo da esquerda, com Yamandú Orsi, nutre queixas históricas com o bloco. Em especial, sobre a cláusula que o impede de selar acordos comerciais bilaterais.

Desempata?

Desde a posse de Orsi, o jogo no Mercosul tem no placar um empate de dois a dois entre direita e esquerda. A cúpula de Buenos Aires será a primeira com participação da Bolívia, incorporada por decisão do encontro de 2024. Por ora, governa Lucho Arce, egresso do campo de Evo Morales, porém rompido com o ex-presidente. Arce não tentará novo mandato na eleição presidencial de agosto, mas conseguiu barrar na Justiça a tentativa do desafeto de entrar no páreo.

Dividida e sem um nome competitivo, a esquerda parece, até aqui, encaminhada para a derrota. O possível retorno da direita, para lá do impacto doméstico, pode desempatar o placar no Mercosul, agora um quinteto.

Nem gregos, nem troianos

De volta ao Brasil, Lula e o assessor especial Celso Amorim mal terão tempo de analisar o panorama para a cúpula do Brics, em 6 e 7 de julho. O encontro anual do bloco costuma ser realizado no final do ano, mas o país adiantou o calendário em nome de priorizar, no segundo semestre, a conferência ambiental COP30, marcada para novembro em Belém do Pará.

Como resultado, a presidência brasileira acabou abreviada, na prática, com pouco ou nenhum avanço prático nas direções indicadas. A opção pela pauta climática ilustra outra face do rumo traçado, entre Lula e Amorim, para reinserir o país no cenário global. A agenda favorece tabelinhas com a Europa, em especial com Macron, e dilui as tensões entre os dois grandes blocos geopolíticos.

Como possível efeito colateral, estarão ausentes no Rio os líderes de dois dos sócios fundadores: Xi Jinping e Vladimir Putin. A desistência do líder chinês chegou como surpresa e não teve explicação oficial, até aqui. Quanto ao presidente russo, o Kremlin alegou falta de garantias para sua presença, em razão do mandado de prisão expedido contra ele pelo Tribunal Penal Internacional. Como signatário do tratado que estabeleceu o TPI, o Brasil estaria comprometido a cumprir a decisão — e não fez manifestação em contrário. Na busca de contentar a todos, a política externa do governo Lula corre o risco de desagradar tanto a gregos quanto a troianos.